

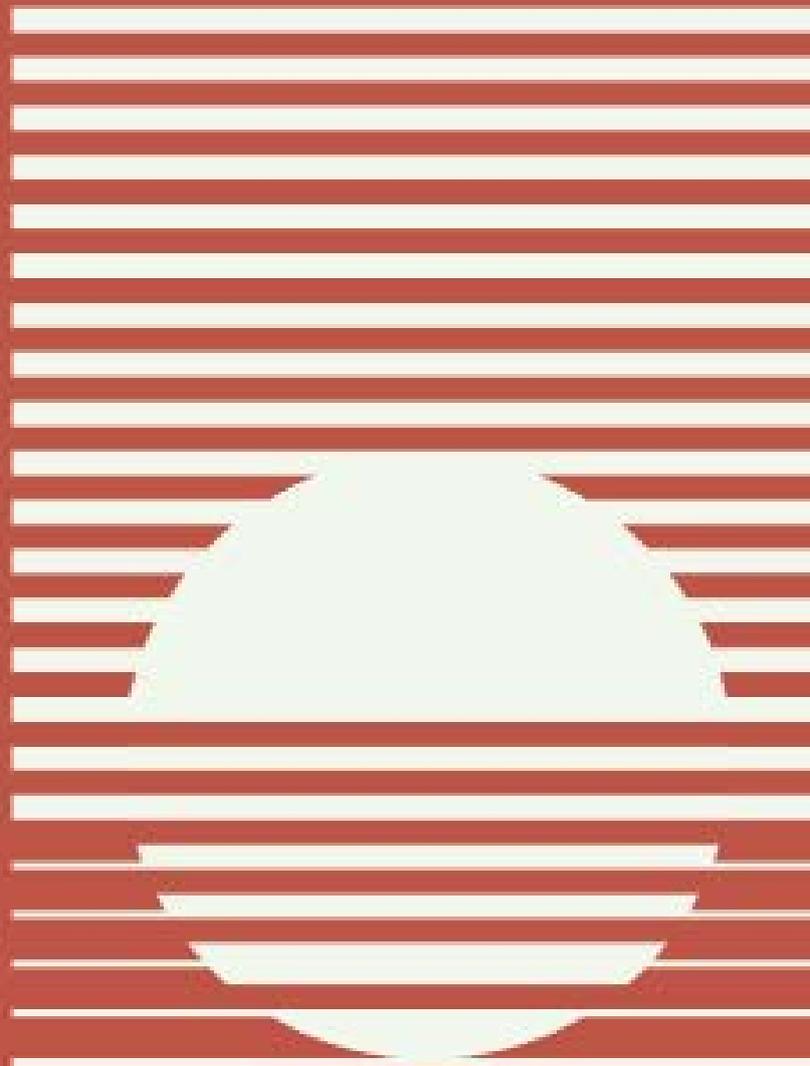
ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



LATITUDE
SUL

12
2019



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

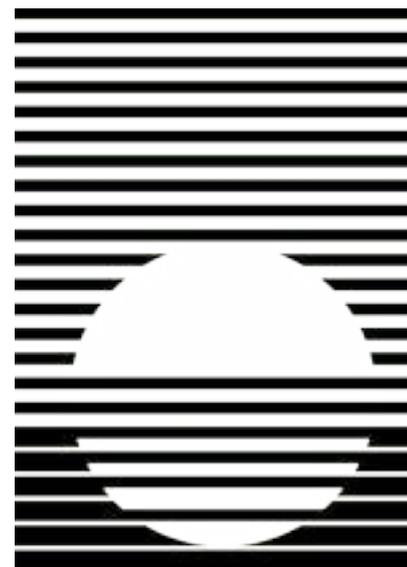
Editor Executivo: Ghaio Nicodemos Barbosa

Editor Adjunto: Gabriel Fragoso

Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Vilareal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: Alice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Bruna Soares de Aguiar, Caio Samuel Milagres Soares, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Gabriel Fragoso, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Kayo Moura da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leilane Nascimento dos Reis Santos, Leonildes Nazar, Luã Braga de Oliveira, Lucca Fantuzzi Soares, Márcia Miranda Charneski, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Pablo Saturnino Braga, Patrícia Porto de Barros, Renata Albuquerque Ribeiro, Roger Lucas Correa Martins, Thaís Jesinski Batista.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo



SUMÁRIO

Página 04

Itamaraty perde espaço na condução da diplomacia brasileira
General brasileiro comandará missão de paz da ONU
Brasil reconhece status de refugiado para mais de 21 mil venezuelanos

Página 05

Brasil e China comemoram o lançamento do satélite CBERS 04A
Declarações de Alberto Fernández abalam relação entre Argentina e Chile
Novo presidente do Uruguai anuncia gabinete de governo

Página 06

Política externa boliviana sofre grandes alterações com governo de Áñez
Aumenta a tensão nas relações entre México e Bolívia
Tentativa de invasão à embaixada mexicana na Bolívia agrava tensão diplomática

Página 07

Assalto à base militar gera conflitos entre Venezuela e países vizinhos
Eleições para a presidência da Assembleia Nacional da Venezuela são marcadas por denúncias de corrupção, perseguições e confusão na hora da votação

Página 08

Senado do México ratifica protocolo do acordo T-MEC
Décima Terceira Cúpula China-América Latina e Caribe busca aprofundamento das relações comerciais e financeiras

Página 09

Milhares vão as ruas contra nova lei de cidadania indiana
ONU realiza 25ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima

Página 10

Governo brasileiro recebe prêmio de “Fóssil do Ano” na COP 25 e tem papel de vilão nas negociações



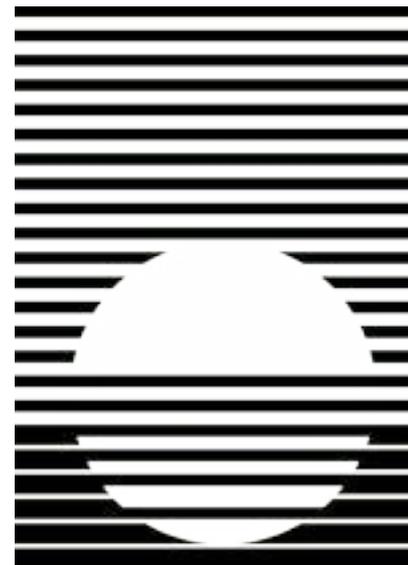
A atuação de jovens e da sociedade civil na COP 25 incomoda líderes neoconservadores e da extrema direita mundial

Página 11

Performance “El violador eres tú” se torna símbolo da luta pelo fim da violência contra as mulheres
Desigualdade de gênero na educação e revisão das estruturas patriarcais

Página 12

42º protesto seguido na Argélia marca a defesa da população LGBT do país
Relatório aponta insegurança de jornalistas no mundo



Itamaraty perde espaço na condução da diplomacia brasileira

Em dezembro, parlamentares brasileiros e o ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, destacaram-se na condução de iniciativas diplomáticas do país. Em algumas delas, em detrimento do Itamaraty. No início do mês, em périplo pela África, o chanceler brasileiro, Ernesto Araújo, não compareceu à 25ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP), ocorrida em Madri, Espanha. No seu lugar, Salles assumiu o comando da delegação brasileira. O ministro do meio ambiente chegou a Madri na primeira semana do evento, comportamento considerado pouco usual, já que, geralmente, ministros participam apenas ao final da Conferência, deixando a primeira parte das negociações para os diplomatas. Além da COP-25, Salles manteve reuniões com executivos de multinacionais como Telefônica, Santander e Shell. O deputado federal e presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara de Deputados, Rodrigo Agostinho, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), também marcou presença na COP-25 e criticou a postura obstrucionista adotada por Salles, que contribuiu para bloquear o consenso nas negociações. Também no início do mês, o deputado federal e presidente da Câmara de Deputados, Rodrigo Maia, teve papel de destaque nos esforços de normalização das relações diplomáticas entre Brasil e Argentina, ao visitar o presidente argentino recém-eleito Alberto Fernández e transmitir mensagem de cooperação do mandatário brasileiro, Jair Bolsonaro. Na semana seguinte à visita de Maia, o vice-presidente Hamilton Mourão participou da cerimônia de posse de Fernández, ocasião na qual, mais uma vez, o chanceler não se fez presente. No dia 15, o deputado federal e também filho do presidente, Eduardo Bolsonaro, protagonizou a cerimônia de inauguração do escritório da Agência Brasileira de Promoção de Comércio e Investimento (Apex) em Jerusalém, como anunciado em março deste ano, e reforçou a promessa de seu pai de transferir a embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para a Cidade Sagrada.

Fontes: [Estado de São Paulo](#), 02/12/19; [Folha de São Paulo](#), 05/12/2019; [Folha de São Paulo](#), 09/12/19; [Folha de São Paulo](#), 15/12/19; [Estado de São Paulo](#), 15/12/19; [Folha de São Paulo](#), 24/12/19.

General brasileiro comandará missão de paz da ONU

Em 3 de dezembro, o secretário-geral da ONU, António Guterres, anunciou a nomeação do General de Divisão Ricardo Augusto Ferreira Costa Neves como comandante do componente militar da Missão de Estabilização da ONU na República Democrática

do Congo (MONUSCO). Costa Neves, que já serviu como Observador Militar na Missão de Verificação da ONU em Angola (UNAVEM III) entre 1995 e 1996, substituirá o general Elias Rodrigues Martins Filho, também brasileiro, que concluiu seu mandato em 31 de outubro. Segundo informou o Ministério das Relações Exteriores, a nomeação do militar brasileiro representa o reconhecimento da histórica contribuição do país para as operações de manutenção da paz das Nações Unidas. Entretanto, vale mencionar que a contribuição do país com tropas para as missões da ONU foi significativamente reduzida desde o encerramento da participação de militares do Brasil na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) em 2017, bem como a negativa em enviar tropas para a República Centro-Africana, em 2018.

Fontes: [ONU Brasil](#), 03/12/2019; [DefesaTV](#), 04/12/2019; [Metrópoles](#), 04/12/2019 [DefesaNet](#), 05/12/2019.

Brasil reconhece status de refugiado para mais de 21 mil venezuelanos

No dia 05 de dezembro, o governo brasileiro reconheceu o status de refugiado de 21.432 mil venezuelanos. A decisão foi tomada pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, através do cruzamento de informações, utilizando ferramentas de BI (Business Intelligence) para agrupar casos de solicitações semelhantes. Colaborou para acelerar o trâmite a nota técnica do Conare, que reconheceu a existência de uma “grave e generalizada violação de direitos humanos” na Venezuela, além da autorização para julgar as solicitações de refúgio em conjunto, sem necessidade de entrevista individual. O diretor do Departamento de Migrações do Ministério da Justiça, André Furquim, integrante do Conare, explica que devido ao uso da ferramenta tecnológica, somada à avaliação de antecedentes criminais, pode chegar ao perfil considerado seguro para reconhecer como refugiado. O número representa quase o dobro do total de pedidos de refúgio reconhecidos pelo Brasil desde a entrada em vigor da Lei de Refúgio brasileira (Lei 9.474/97), que até hoje havia reconhecido apenas 11.231 pessoas como refugiadas, sendo que 6.554 continuam com esse status ativo. Furquim estima que ainda existam cerca de 170 mil pedidos de refúgio pendentes de análise. O ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) parabenizou o país por aplicar a definição de refugiado segundo a Declaração de Cartagena

de 1984, porém o tom das organizações que trabalham com direitos humanos foi mais crítico. A Co-nectas lembra que foi somente em junho de 2019 que o governo brasileiro passou a reconhecer a Venezuela como palco de “grave e generalizada violação de direitos humanos”, embora a crise se arraste no país vizinho desde 2015, e cobra que ocorra maior celeridade, pois a morosidade no reconhecimento leva a uma situação de provisoriedade, precariedade e limitação ao exercício de direitos

Fontes: [O Globo](#), 05/12/2019; [Agência Brasil](#), 06/12/2019; [El País](#), 06/12/2019; [Estado de São Paulo](#), 06/12/2019; [Migra Mundo](#), 06/12/2019; [Nações Unidas Brasil](#), 06/12/2019.

Brasil e China comemoram o lançamento do satélite CBERS 04A

Na madrugada do dia 20 de dezembro, o satélite de recursos terrestres China-Brasil CBERS 04A entrou na órbita terrestre, o que levou o presidente chinês, Xi Jinping, e o seu homólogo brasileiro, Jair Bolsonaro, trocaram mensagens congratulatórias. O lançamento do CBERS 04A coincidiu com o 45º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre a China e o Brasil. Mais um fruto do acordo assinado pelos dois países há 31 anos, o CBERS 04A é o sexto satélite colocado em órbita como parte do programa de cooperação aeroespacial e terá como objetivo obter dados de áreas remotas e mudanças ambientais, além de apoiar no monitoramento do desmatamento da floresta amazônica.

Fontes: [Comex do Brasil](#), 20/12/2019; [Prensa Latina](#), 20/12/2019; [Xinhua](#), 20/12/2019.

Declarações de Alberto Fernández abalam relação entre Argentina e Chile

No dia 22 de dezembro, o recém empossado presidente da Argentina, Alberto Fernández, fez algumas declarações em uma entrevista para a América TV que geraram atrito nas relações bilaterais com o Chile. Na ocasião, o mandatário argentino afirmou que não entendia porque a crise venezuelana recebia mais atenção da mídia e da opinião pública do que a crise no Chile ou Bolívia. Segundo Fernández, quando Nicolás Maduro prendeu 800 pessoas em manifestações na Venezuela, ele recebeu organizações de direitos humanos para denunciar o ocorrido. No entanto, em suas palavras, “Piñera prendeu 2.500 pessoas

(em protestos) e não aconteceu nada, ninguém fala nada”. Essa afirmação do presidente argentino gerou de imediato uma resposta da chancelaria chilena que, em nota oficial, relatou a conversa por telefone entre Teodoro Ribera, chanceler do Chile e Felipe Solá, seu equivalente argentino. Nessa conversa Ribera teria expressado sua surpresa com as declarações de Alberto Fernández e pedido para que o mesmo se abstivesse de emitir opiniões sobre a política interna chilena. Ademais, completou dizendo que no país há um “pleno Estado de Direito” e que cabe à polícia, ao Ministério Público e aos tribunais de justiça a tarefa de coordenar a situação. Procurado novamente, Fernández alegou que sua intenção não foi comparar Piñera com Maduro, mas reiterou que o problema de violações de direitos humanos não deve ter ideologia. Diante desse começo conturbado das relações entre os dois governos, torna-se evidente a necessidade de haver um embaixador do Chile na Argentina, cargo vago desde o pedido de demissão do ex-embaixador Sergio Urrejola, em setembro.

Fontes: [EMOL](#), 23/12/2019; [Ministério das Relações Exteriores](#), 23/12/2019; [EMOL](#), 24/12/2019; [El Periodico](#), 24/12/2019; [La Tercera](#), 27/12/2019.

Novo presidente do Uruguai anuncia gabinete de governo

Em 16 de dezembro de 2019, o presidente eleito do Uruguai, Luis Lacalle Pou, apresentou seu gabinete de governo e prometeu uma gestão orientada para a ação. O novo presidente negociou durante mais de um mês com os apoiadores de sua campanha para formar um gabinete. A equipe que acompanhará o ex-senador do Partido Nacional (Blanco) tomará posse no dia 1º de março e é formada por membros de quase todos os partidos que compõem a coalizão que o levou ao poder, chamada de “multicolorida”. De um total de 43 cargos – ministros, secretários e subsecretários – 26 serão preenchidos por políticos ligadas ao Partido Blanco, seis do Partido Colorado e seis do partido Cabildo Abierto. Entre os ministros que integram a nova equipe estão o ex-candidato à presidência pelo Partido Colorado, Ernesto Talvi, que chefiará a pasta das Relações Exteriores; a senadora Irene Moreira, do partido Cabildo Abierto, que será ministra da Habitação; e o senador Jorge Larrañaga, que será ministro do interior e foi pré-candidato à presidência nas eleições primárias pelo Partido Nacional. O último foi responsável pelo projeto de lei sobre a reforma da segurança pública rejeitado por meio de plebiscito realizado no primeiro turno das eleições. Lacalle

Pou também destacou que uma particularidade da sua equipe de governo é o fato de ser composta por homens e mulheres de vários partidos políticos, o que, segundo ele, será fundamental para desenvolver um “governo de ação”. Entretanto, a presença de homens é majoritária, já que apenas sete mulheres ocuparão cargos no novo gabinete.

Fontes: [Estado de São Paulo](#), 16/12/2019; [El País](#), 16/12/2019; [El Observador](#), 16/12/2019; [El Observador](#), 17/12/2019.

Política externa boliviana sofre grandes alterações com governo de Añez

O governo de Jeanine Añez, que assumiu a presidência boliviana após a renúncia de Evo Morales, vem adotando novas diretrizes para a política externa do país. No dia 26 de novembro, após 11 anos sem embaixador da Bolívia nos Estados Unidos, Walter Oscar Serrate Cuéllar foi designado para o cargo. Além disso, a nova chanceler boliviana, Karen Longaric, anunciou no fim de novembro o reestabelecimento das relações com Israel, rompidas desde 2009. Outro sinal da busca de aproximação com esses países foi o anúncio, no dia 11 de dezembro, da eliminação da necessidade de vistos para estadunidenses e israelenses. Ademais, o Ministro de Governo, Arturo Murillo, foi aos Estados Unidos no dia 16 de dezembro e afirmou, após reuniões, que a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, na sigla em inglês) deseja apoiar a Bolívia. Por outro lado, o governo de Añez está tendo fricções com outros países, como México e Argentina. O México deu asilo ao ex-presidente Evo Morales, que ficou no país até o dia 6 de dezembro, quando viajou a Cuba. No dia 12, Morales desembarcou na Argentina, onde solicitou refúgio, pedido que está sendo analisado pelo governo de Alberto Fernández. Para além dessas mudanças nas relações bilaterais da Bolívia, o governo de Añez retirou o país da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) e analisa sua permanência na Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC). Ademais, o país anunciou sua entrada no Grupo de Lima no dia 22 de dezembro e reconheceu Juan Guaidó como presidente venezuelano. Por fim, a principal diretriz dessa nova política externa boliviana tem sido combater a versão de que haveria ocorrido um golpe no país: o novo embaixador na Organização das Nações Unidas (ONU), Rubén Da-

río Cuéllar, afirmou que essa será sua principal missão. A chanceler Longaric, por sua vez, participou da cúpula do MERCOSUL no início de dezembro, quando defendeu que não houve golpe na Bolívia.

Fontes: [La Razón](#), 05/12/2019; [El Deber](#), 11/12/2019; [El Deber](#), 12/12/2019; [El País](#), 12/12/2019; [La Razón](#), 16/12/2019; [El Deber](#), 29/12/2019.

Aumenta a tensão nas relações entre México e Bolívia

Após ter auxiliado na saída de Evo Morales da Bolívia no mês de novembro, o governo boliviano e o mexicano mais uma vez trocaram farpas. Nas últimas semanas de dezembro a embaixada do México em La Paz concedeu asilo à nove ex-funcionários do governo Morales, inclusive Juan Ramón Taborga, ex-ministro e braço direito do presidente, que foi acusado de terrorismo pela administração vigente. Com a justificativa de uma ordem de prisão decretada, forças policiais fizeram um cerco ao prédio que abriga a embaixada mexicana, na semana do dia 24 de dezembro. O Ministro de Relações Exteriores do México, Marcelo Ebrard, em 26 de dezembro, comunicou a comunidade internacional que levará o caso à Corte Internacional de Justiça, principal órgão jurídico das Nações Unidas, pois considera que a presença de um grupo numeroso de militares ao redor da embaixada (mais de 90, enquanto que a segurança normalmente é feita por 6 policiais) representa uma tentativa de intimidação em desacordo com o Direito Internacional. No mesmo sentido, Ebrard denunciou uma revista ilegal do veículo diplomático da embaixadora Teresa Mercado. Em resposta as acusações, o governo boliviano em exercício alegou que está sendo respeitoso com as imunidades diplomáticas, mas frisou que o México está exercendo ingerência nos assuntos internos bolivianos. O México declarou que foi informado a respeito das ordens de prisão apenas 11 dias após conceder asilo aos nove ex-funcionários.

Fontes: [Infobae](#), 24/12/2019; [Clarín](#), 25/12/2019; [BBC](#), 26/12/2019; [El País](#), 26/12/2019; [El Universal](#), 26/12/2019.

Tentativa de invasão à embaixada mexicana na Bolívia agrava tensão diplomática

No dia 27 de dezembro de 2019, a imprensa boliviana noticiou que quatro pessoas encapuzadas, que estavam em veículos com placas diplomáticas, tentaram invadir a Embaixada do México em La Paz. Segundo a chan-

celaria da Bolívia, os veículos pertenciam à Embaixada da Espanha, e a mídia local afirmou que os encapuzados eram membros do GEO espanhol, um grupo de elite encarregado da proteção da representação diplomática. A ministra interina de Relações Exteriores da Bolívia disse que os quatro integrantes do GEO não quiseram se identificar aos agentes da polícia boliviana que protegiam a região onde está a embaixada mexicana. Ela classificou o episódio como uma violação da soberania boliviana e da Convenção de Viena sobre relações diplomáticas. A presidenta interina, Jeanine Áñez, reafirmou a posição do governo de violação da Convenção e declarou “personas non gratas” a encarregada de negócios da Espanha na Bolívia, Cristina Borreguero, o cônsul da Espanha, Álvaro Fernández, e a embaixadora do México, María Teresa Mercado. Além disso, conferiu-lhes um prazo de 72 horas para que deixassem o país. Em resposta, a Secretaria de Relações Exteriores do México emitiu uma nota expressando sua preocupação pela falta de cumprimento à Convenção de Viena, já que julgou haver uma presença excessiva de pessoal dos serviços de inteligência e segurança bolivianos que, desde 11 de novembro, vigiavam tanto a Residência como sua embaixada na Bolívia. Em outra nota, a chancelaria voltou a criticar o cerco à sua representação realizado por agentes de segurança bolivianos, que tentavam impedir o livre trânsito da embaixadora e dos funcionários. Em uma última nota, a Secretaria seguiu denunciando a intimidação pela qual passava o pessoal diplomático e defendeu o direito ao asilo de ex-integrantes do governo de Evo Morales na embaixada. A chancelaria instruiu a embaixadora que regressasse ao México, para garantir sua segurança.

Fontes: [Secretaría de Relaciones Exteriores de México](#), 23/12/2019; [Secretaría de Relaciones Exteriores de México](#), 24/12/2019; [Secretaría de Relaciones Exteriores de México](#), 25/12/2019; [El Deber](#), 27/12/2019; [El Deber](#), 27/12/2019; [El Deber](#), 30/12/2019; [El Universal](#), 30/12/2019.

Assalto à base militar gera conflitos entre Venezuela e países vizinhos

Em 22 de dezembro de 2019 um grupo de homens armados assaltou o 513º Batalhão de Infantaria de Selva Mariano Montilla, localizado no município de Gran Sabana, no estado venezuelano de Bolívar, próximo à fronteira com o Brasil. O chanceler da Venezuela, Jorge Arreaza, afirmou que o grupo estaria baseado no Peru e teria recebido apoio da Colômbia e do Brasil para realizar o ataque. Arreaza afirmou que a ação seria uma “estratégia golpista do Grupo de Lima para produzir violência, morte e desestabilização política

na Venezuela”. Já o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, classificou o ocorrido como um “ataque terrorista”. Ademais, Maduro afirmou que o armamento roubado e os responsáveis pelo assalto estariam em território brasileiro, e pediu ao governo de Jair Bolsonaro que colaborasse na devolução das armas e dos suspeitos. O Ministro da Comunicação da Venezuela, Jorge Rodríguez, afirmou que os militares que participaram do assalto ficaram hospedados em um hotel em Pacaraima, no estado de Roraima, por 15 dias. Em nota, o Itamaraty declarou que o governo brasileiro não participou da ação e disse não dever satisfações ao “regime ilegítimo venezuelano”. Os governos da Colômbia e do Peru afirmaram que as acusações feitas pelo governo de Maduro eram falsas e negaram participação no ocorrido. Para o governo de Maduro, as armas roubadas seriam utilizadas para atacar uma aeronave colombiana, simulando uma agressão por parte da Venezuela e justificando, assim, uma intervenção militar no país. A chancelaria colombiana, por sua vez, declarou que as acusações feitas pelo governo de Maduro buscavam criar inimigos externos e distrações para os problemas internos da Venezuela. No dia 26 de dezembro, cinco militares venezuelanos foram apreendidos pelo exército brasileiro na Terra Indígena de São Marcos, em Roraima. Os militares solicitaram refúgio, pedido que está sendo processado pelo governo brasileiro. O governo de Maduro solicitou a extradição dos militares e afirmou que a decisão brasileira de oferecer refúgio é uma prova de sua cumplicidade com o ataque.

Fontes: [O Globo](#), 22/12/2019; [O Globo](#), 23/12/2019; [Nexo Jornal](#), 23/12/2019; [El Nacional](#), 27/12/2019; [El Nacional](#), 28/12/2019; [O Globo](#), 29/12/2019; [Nexo Jornal](#), 30/12/2019.

Eleições para a presidência da Assembleia Nacional da Venezuela são marcadas por denúncias de corrupção, perseguições e confusão na hora da votação

O mês que antecedeu as eleições para presidência da Assembleia Nacional (AN) da Venezuela foi marcado por denúncias de corrupção e perseguições. Em 1º de dezembro de 2019, o portal Armando.info denunciou um esquema de corrupção envolvendo 8 deputados da AN, aliados a Juan Guaidó. Como reação, um grupo da AN, incluindo oficialistas e opositores, pediu a renúncia de Guaidó. No dia 3 de dezembro, Guaidó designou uma comissão especial da AN para investigar o caso. A Procuradoria Geral da

Venezuela também iniciou uma investigação para apurar a denúncia. Já no dia 13 de dezembro, Elliott Abrams, representante do Departamento de Estado dos EUA na Venezuela, afirmou que o governo de Nicolás Maduro ofereceu US\$ 500 mil a cada deputado da AN para que não votasse em Guaidó nas eleições para a presidência da AN, esquema que ficou conhecido como Operação “Alacrán”. Como resposta, Nicolás Maduro afirmou que Abrams estava mentindo. Para além das denúncias de corrupção, no dia 13 de dezembro, Julio Borges, comissionado para Relações Exteriores do governo de Guaidó, denunciou à Organização dos Estados Americanos (OEA), à União Europeia (UE) e ao Grupo de Lima ameaças feitas pelo governo de Maduro de retirar a imunidade de quatro deputados opositores. Já no dia 20 de dezembro, Carlos Vecchio, embaixador venezuelano nos Estados Unidos, alertou a comunidade internacional sobre a detenção do deputado opositor da AN, Gilber Caro. Como reação, a UE e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) instaram o governo de Maduro a não realizar atos intimidatórios contra membros da AN. Em reação, Maduro afirmou que a UE e o ACNUDH buscavam interferir nos processos internos da Venezuela. Por fim, a eleição ocorreu no dia 5 de janeiro de 2020. Luis Parra, deputado da oposição, mas adversário de Guaidó, foi eleito como novo presidente da AN. Setores da oposição aliados a Guaidó denunciaram um golpe pois foram impedidos de participar da votação. Para o chavismo, Guaidó e seus aliados optaram por não entrar na AN pois sabiam que iriam perder a votação.

Fontes: [G1](#), 02/12/2019; [Opera Mundi](#), 04/12/2019; [El Nacional](#), 13/12/2019; [El Nacional](#), 17/12/2019; [El Nacional](#), 20/12/2019; [El Nacional](#), 20/12/2019; [El Nacional](#), 22/12/2019; [G1](#), 05/01/2020; [Folha de São Paulo](#), 05/01/2020; [Revista Fórum](#), 05/01/2020.

Senado do México ratifica protocolo do acordo T-MEC

Em 10 de dezembro de 2019, foi anunciado que o acordo comercial entre Estados Unidos, México e Canadá está sacramentado. Os governos dos três países assinaram nesta terça-feira, no Palácio Nacional, Cidade do México, o Protocolo que modifica o Tratado, conhecido como T-MEC. O Protocolo foi enviado ao Senado mexicano para apreciação no plenário. Ele já havia sido votado e aprovado em junho, mas passou por processo de revisão para poder ser ratificado, o que ocorreu após terem sido contabilizados 107 votos a favor e um contrário. O Senado acelerou a votação e concluiu o processo em apenas 24 horas. Dessa forma, resta apenas sua ratificação pelos Congressos do

Canadá e dos EUA para que possa ser implementado. O Ministro das Relações Exteriores Marcelo Ebrard e o Subsecretário Jesús Seade realizaram uma coletiva de imprensa no Ministério das Relações Exteriores para esclarecer detalhes sobre o novo tratado. O ministro das Relações Exteriores Ebrard especificou o escopo do protocolo de emenda e enfatizou o sucesso de uma estratégia mexicana de unidade liderada pelo presidente Andrés Manuel López Obrador e apoiada pelo gabinete federal, pelo Senado e pelo setor privado. Para que o T-MEC pudesse ser concretizado, o México teve de realizar reformas domésticas, como no setor trabalhista, por exemplo. Representantes do Executivo estadunidense enviaram o T-MEC ao Congresso com a inclusão de um dispositivo para designar cinco inspetores trabalhistas para verificar a implementação adequada da reforma no México. Isso causou surpresa em Seade, que afirmou que o governo mexicano não foi consultado. Ele enviou uma carta ao representante comercial dos EUA, Robert Lighthizer, contestando tal iniciativa.

Fonte: [Secretaría de Relaciones Exteriores de México](#), 10/12/2019; [Secretaría de Relaciones Exteriores de México](#), 10/12/2019; [El País](#), 10/12/2019; [El Universal](#), 10/12/2019; [El Universal](#), 12/12/2019; [El Universal](#), 13/12/2019; [El Universal](#), 14/12/2019.

Décima Terceira Cúpula China-América Latina e Caribe busca aprofundamento das relações comerciais e financeiras

Entre os dias 9 e 12 de dezembro, realizou-se na cidade do Panamá, a Décima Terceira Cúpula Empresarial China-América Latina e Caribe, que buscou aprofundar os laços já existentes entre o país Asiático e a América Latina e o Caribe, por meio do comércio, investimento e cooperação internacional no âmbito da Iniciativa Cinturão e Rota. Enviaram representantes cerca de 600 empresas da América Latina e Caribe, bem como e 400 da China, somando quase dois mil empresários e líderes dos países participantes na cúpula. Veronica Zavala, representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ressaltou o papel da cúpula para gerar novas oportunidades de negócios, bem como para promover exportações e investimentos estrangeiros. Por sua vez, o presidente do Comitê Organizador do evento, Gabriel Barletta, afirmou que a cúpula visou facilitar o acesso a novos mercados e consolidar o Panamá como porta de entrada para empreendedores de outras regiões do mundo,

uma vez que o país centro-americano apresenta, segundo ele, bons indicadores de estabilidade política e econômica. Visto o alto crescimento do volume de comércio entre China, América Latina e Caribe nos últimos 20 anos, o Presidente do Panamá, Laurentino Cortizo, frisou que a cúpula empresarial China-ALC serve como uma plataforma para promover e reforçar a cooperação econômica e comercial entre as nações participantes, em áreas como infraestrutura, energia e finanças.

Fontes: [Prensa Latina](#), 07/12/2019; [Xinhua](#), 10/12/2019; [CHINA-LAC 2019](#), 12/12/2019; [Deutsche Welle](#), 13/12/2019; [CCPIT](#), 18/12/2019.

Milhares vão as ruas contra nova lei de cidadania indiana

O parlamento indiano aprovou, nesse mês de dezembro, uma emenda à lei de cidadania do país que permite a regularização do status migratório e a concessão de nacionalidade a minorias budistas, cristãs, hindus, jainas, parses e sikhs fugindo de perseguição do Afeganistão, Bangladesh e Paquistão. A emenda foi proposta pelo partido governista de direita hindu nacionalista Bharatiya Janata (BJP). A lei, junto a intenção declarada do governo de realizar um “Registro Nacional de Cidadãos”, levantou sérios questionamentos por excluir muçumanos, violando a Constituição secular do país ao excluir grupos com base em religião. Protestos eclodiram onde milhares de muçumanos criticaram a nova lei, acusando o governo indiano de trata-los como “cidadãos de segunda classe”. A resposta aos protestos foi o uso de violência por parte das forças policiais e das Forças Armadas, assim como suspensão do uso de internet, toques de recolher, proibição de reuniões em praça pública e ameaças de confisco de propriedade de manifestantes em determinadas regiões, como em Uttar Pradesh, estado onde ocorreram os mais violentos choques entre manifestantes e forças policiais. Esses confrontos já levaram a 25 mortes e centenas de prisões, sendo a maioria de muçumanos. Manifestantes apontaram que, apesar do caráter nacional dos protestos, as fatalidades se restringem apenas aos estados governados pelo BJP, que é o caso de Uttar Pradesh. O primeiro ministro, Narendra Modi, se dirigiu ao povo indiano pelo seu programa de rádio pela última vez em 2019 no dia 29 de dezembro, onde disse que a juventude indiana

odeia a anarquia e a desordem, comentários que contrariam a realidade dos protestos, marcados pela grande presença de jovens e estudantes. Modi não fez comentários sobre a lei ou sobre os protestos em sua fala.

Fontes: [The Times of India](#), 09/12/2019; [Aljazeera](#), 11/12/2019; [The Times of India](#), 17/12/2019; [Aljazeera](#), 27/12/2019; [Financial Times](#), 27/12/2019; [The New York Times](#), 27/12/2019; [Aljazeera](#), 28/12/2019; [The Times of India](#), 29/12/2019.

ONU realiza 25a Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima

Entre os dias 2 e 13 de dezembro, representantes de aproximadamente 200 países, além de empresários, ativistas e membros da sociedade civil organizada participaram da 25a Conferência das Partes da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima, a COP 25 da UNFCCC, sob presidência do Chile, apesar de sediada em Madri, na Espanha. As agendas mais aguardadas pelos negociadores e pela comunidade climática na Conferência eram a redução de emissões de gases de efeito estufa; finanças, mercados e mecanismos de baixo carbono; o acesso a recursos financeiros por países afetados por eventos de extremos climáticos, mas com menos ou zero responsabilidade nas emissões globais; e a conclusão do Livro de Regras para a operacionalização do Acordo de Paris (que entrará em vigor em 2020). O governo espanhol apoiou a campanha Aliança para Ambição Climática, criada pelo Chile e pela ONU, com liderança do presidente da organização, António Guterres, com o objetivo de atrair a assinatura de países, cidades e setor privado pelo compromisso de levar as emissões líquidas a zero de carbono até 2050. No final da última semana de Conferência, países do grupo formado por Brasil, África do Sul, China e Índia, o BASIC, apresentaram uma declaração conjunta sobre seus objetivos quanto aos instrumentos financeiros, apesar de quase nenhum avanço concreto nas decisões. O documento se limitou a informar a disposição do grupo em reavaliar mecanismos do Protocolo de Quioto e a possibilidade de uma governança conjunta, frisando a importância de os países mais desenvolvidos intensificarem seus esforços de redução de emissões devido à sua responsabilidade, para que possam cumprir as atuais metas estabelecidas antes de 2020. O posicionamento do BASIC deixou em aberto qualquer possibilidade de revisão das metas nacionais para o ano que vem, o que era expectativa da ONU.

A COP 25 terminou com resultados frustrantes para a comunidade climática em todas as suas principais agendas de negociação. Destaca-se a falta de consenso sobre a gestão dos mercados de carbono e a ausência de concertação para apresentação de novas metas nacionalmente determinadas dos países (NDC) em 2020. Quanto aos resultados para além do adiamento de consensos, cabe mencionar o acordo para o Plano de Ação de Gênero, que permitirá o desenvolvimento de medidas que considerem o efeito desigual dos efeitos climáticos sobre mulheres e meninas, e que promovam e revalorizem seu papel como agentes em um futuro de zero carbono.

Fontes: [Al Jazeera](#), 01/12/2019; [Climate Home News](#), 12/12/2019; [RTP](#), 13/12/2019; [BBC](#), 15/12/2019; [Carbon Brief](#), 15/12/2019; [Ambientum](#), 17/12/2019.

Governo brasileiro recebe prêmio de “Fóssil do Ano” na COP 25 e tem papel de vilão nas negociações

No dia 2 de dezembro, primeiro dia da Conferência do Clima da ONU, o governo do Brasil recebeu da ONG Rede de Ação Climática, que reúne mais de mil entidades ambientalistas do mundo, o prêmio de “Fóssil do Ano”, por ser considerado o país que mais atrapalhou o progresso do meio ambiente e do clima em 2019 e por sua criticada política ambiental doméstica. No âmbito da participação oficial do governo brasileiro na COP 25, o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, esteve em Madri ao longo das duas semanas da Conferência. Com o objetivo de refutar as críticas ao Brasil e à atuação do governo na Amazônia, além de tentar apaziguar as relações com a comunidade europeia em busca de financiamento via cooperação, o ministro Salles circulou em encontros bilaterais e participou de painel com a sociedade civil e movimentos sociais brasileiros. Salles manteve o posicionamento em favor de compensações para o Brasil vindos de países mais ricos e rechaçou denúncias de má gestão da pasta. Além de Salles, outros atores nacionais também tiveram passagem pela COP. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que a vontade do Congresso Nacional é de garantir a integridade da legislação brasileira para a proteção ambiental e conforme os anseios da sociedade brasileira. Já a Confederação do Agro e Pecuária do Brasil apresentou um documento durante a Conferência em que refutava o desmatamento zero e exigia, assim como o ministro Salles, compensações financeiras pelos esforços feitos pelos agricultores brasileiros na incorporação de normas para redução de

emissões. Enquanto países desenvolvidos acusaram a delegação brasileira de bloquear negociações, como as decisões sobre o Artigo 6 do Livro de Regras, que versa sobre mercados de carbono, a paradiplomacia de governadores da Amazônia Legal alavancou a aproximação com países europeus. Os governos locais anunciaram um protocolo de intenção com a França para financiamento climático e também apresentaram uma carta oficial que reivindicava o protagonismo e autonomia nas negociações diretas com doadores internacionais, sem a necessidade de intervenção da diplomacia e governo federal. Durante a segunda semana da COP 25, Salles anunciou que havia firmado com a Alemanha um novo acordo de financiamento para o Fundo Amazônia, o que foi posteriormente negado pelo governo alemão. Um dos grandes pontos de inflexão entre o governo Bolsonaro e a política climática doméstica, o Fundo Amazônia não conseguiu nenhum resultado relevante nas negociações durante a COP 25.

Fontes: [Reuters](#), 02/12/2019; [Bloomberg](#), 03/12/2019; [Climate Action Network](#), 03/12/2019; [El País](#), 04/12/2019; [Pública](#), 05/12/2019; [G1](#), 06/12/2019; [UOL](#), 07/12/2019; [Sputnik Brasil](#), 10/12/2019; [Exame](#), 12/12/2019; [Nexo](#), 12/12/2019; [Folha de São Paulo](#), 13/12/2019; [Correio Braziliense](#), 19/12/2019.

A atuação de jovens e da sociedade civil na COP 25 incomoda líderes neoconservadores e da extrema direita mundial

As duas primeiras semanas de dezembro abriram espaço para uma mudança significativa nos espaços da Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima da ONU, propiciada pela participação ativa e engajada de movimentos sociais, organizações não governamentais e representantes da sociedade civil de todo o mundo. A forte atuação da juventude, todavia, foi a grande novidade nas sessões e painéis abertos ao público em Madri. A jovem ativista sueca, Greta Thunberg, liderou a movimentação da geração mais jovem, com marcantes discursos focados em pressionar chefes de Estado. No dia 9 de dezembro, ativistas de 15 e 16 anos, de países como México, Zimbábue e Noruega, reuniram-se para discutir o tema da participação infantil nas decisões sobre o clima, enquanto a presença de crianças e famílias se espalhavam em debates sobre emergência climática. Já movimentos sociais e sociedade civil brasileiros tiveram a participação mais expressiva em anos de Conferência, com a criação de um espaço autônomo,

o Brazil Climate Action Hub, organizado pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS) e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). Lideranças indígenas, como Erisvan Guajajara, estiveram presentes na COP e denunciaram a vulnerabilidade dos povos indígenas no atual governo de Jair Bolsonaro, com a intensificação dos conflitos, perseguições e mortes nos territórios. Apesar da articulação política e presença organizada da sociedade civil brasileira, houve um consenso sobre o evidente distanciamento desses agentes com os processos e tomadas de decisão da agenda de negociação política do governo empreendida em Madri. No dia 11, Greta foi considerada a personalidade do ano pela Revista Time, por sua liderança contra as mudanças climáticas e por exigir resultados mais eficazes dos esforços políticos. A homenagem à Greta foi concedida após o presidente Jair Bolsonaro se referir à jovem como “pirralha”, seguindo o exemplo do presidente estadunidense Donald Trump, que frequentemente critica a ativista pela sua idade e temperamento. A notícia repercutiu durante a última semana da COP e Greta respondeu a Bolsonaro nas redes sociais, alterando sua descrição pessoal para “pirralha”.

Fontes: [Yahoo Notícias](#), 05/12/2019; [Bloomberg](#), 10/12/2019; [The Guardian](#), 10/12/2019; [Forbes](#), 11/12/2019; [Folha de São Paulo](#), 13/12/2019; [Nexo](#), 14/12/2019.

Performance “El violador eres tú” se torna símbolo da luta pelo fim da violência contra as mulheres

O grupo feminista chileno Las Tesis realizou performance no final de novembro em razão do Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher, onde mulheres com os olhos vendados cantaram uma música chamada “Um estuprador em seu caminho” (tradução livre). O objetivo era chamar a atenção para a situação no país que até aquele momento havia registrado 71 denúncias de abuso sexual cometidas por forças policiais na repressão aos protestos. A este respeito, o refrão da canção “el violador eres tú” aponta os culpados pela situação de vulnerabilidade feminina no Chile. Em dezembro a performance se tornou símbolo da luta pelo fim da violência contra as mulheres mundo afora. No dia 04 de dezembro, no Brasil, aproximadamente 80 mulheres entoando a versão em português se reuniram na cidade de São Paulo, que substituiu a palavra “machista” por “racista” em razão do massacre em Paraisópolis. Foi apresentada

também no MASP, em São Paulo, no Rio de Janeiro, Porto Alegre e Espírito Santo. No México a performance também ganhou espaço nas ruas e nas redes sociais. Na Turquia, no dia 08 de dezembro, grupos de mulheres foram dispersados pela polícia enquanto tentavam realizar a performance nas ruas de Istambul. Como forma de protesto pela repressão policial, oito deputadas do principal partido de oposição, o Partido Republicano do Povo (CHP) cantaram no Parlamento turco, enquanto outras parlamentares exibiram 20 imagens de rostos de mulheres mortas em situação de violência doméstica. Foram registrados atos em Paris, Nova Iorque, Buenos Aires, Madri e Sidney ao longo de dezembro, como forma de denunciar os abusos cometidos e ignorados pelas instituições estatais. Segundo a Organização das Nações Unidas, no ano de 2018, 58% das vítimas de feminicídio foram mortas por conhecidos, companheiros e ex-parceiros, ou familiares. América Latina é o continente mais perigoso para se viver quando se é mulher – nascida ou não como tal

Fontes: [El Periódico](#), 02/12/2019; [El Sol de México](#), 04/12/2019; [Catraca Livre](#), 05/12/2019; [Times of Israel](#), 09/12/2019; [Mídia Ninja](#), 10/12/2019; [Reuters](#), 15/12/2019.

Desigualdade de gênero na educação e revisão das estruturas patriarcais

Em 20 de dezembro, foi divulgado que a desigualdade de gênero no Japão atravessa o ensino superior, principalmente em faculdades tradicionais como a Universidade de Tóquio. Segundo a professora Chizuko Ueno, a desproporção de homens e mulheres no ensino superior indica um “sexismo disfarçado” no país. O problema também refletiria a pressão por casar e ter filhos que as japonesas sofrem e a percepção de que as “realizações acadêmicas” não seriam apropriadas para mulheres. A proporção de mulheres em universidades no Japão é menor quando comparada a outros países como Coreia do Sul, Cingapura e China. Para mitigar o problema, o primeiro-ministro japonês Shinzo Abe promoveu um “programa de emancipação” de mulheres. No sentido de alterar realidades como essas, no Afeganistão, em 29 de dezembro, líderes comunitários de Kandahar se reuniram em um evento apoiado pelas Nações Unidas e debateram a necessidade de investimentos na educação de mulheres. Para os participantes, os investimentos não só ajudam a diminuir a pobreza como também a desigualdade de gênero, auxiliando a construção de uma sociedade mais justa. De acordo com as Nações Unidas, também é preciso

combater a violência e discriminação que afetam as mulheres, bem como práticas tradicionais à exemplo do casamento forçado. Por outra parte, o governo da Arábia Saudita anunciou o fim da segregação de homens e mulheres em restaurantes, interrompendo uma tradição nacional que impedia a convivência de homens e mulheres em espaços públicos. As mudanças foram anunciadas pelo Ministério de Assuntos Municipais e Rurais da Agência de Imprensa Saudita em 08 de dezembro e compõe um conjunto de reformas que também concedeu às mulheres o direito de dirigirem e terem acesso à entretenimento nos últimos meses. Entretanto, as políticas para as mulheres não livram o governo saudita das acusações de perseguição de dissidentes ao regime, inclusive mulheres ativistas.

Fontes: [The National](#), 08/12/2019; [The New York Times](#), 08/12/2019; [Relief Web](#), 29/12/2019.

42º protesto seguido na Argélia marca a defesa da população LGBT do país

A onda de protestos semanais na Argélia que ficaram conhecidos como Movimento Hirak marcou, em dezembro, a 42ª passeata no país. Os atos têm acontecido desde fevereiro de 2019, motivados primeiramente por uma forte oposição ao governo de Abdelaziz Bouteflika, que lidera o país como presidente desde 1999. O protesto mais recente teve relação com as falas do Ministro do Interior, Salah Eddine Dahmoune, que, em pronunciamento público, endereçou-se aos manifestantes como “traidores, falsos algerianos, mercenários, pervertidos e homossexuais”. Rapidamente o slogan “Somos todos homossexuais” ganhou as ruas. Militantes LGBTs da Argélia - principalmente do movimento Alouen (Cores) - veem com bastante ânimo os protestos e acreditam que lutar por uma completa reforma de toda a estrutura política algeriana, que consideram se encontrar imbuída na corrupção e nas violações de direitos e de leis, pode gerar maior respeito à população LGBT no país. Apesar do ânimo, os militantes afirmam que não deixarão de lutar e denunciar a lgbtfobia institucional do país.

Fonte: [Il Grande Colibri](#), 03/12/2019; [Channel New Asia](#), 07/12/2019; [BBC](#), 11/12/2019; [Ilga](#), 13/12/2019; [Global News](#), 28/12/2019.

Relatório aponta insegurança de jornalistas no mundo

Relatório lançado em dezembro de 2019 pela organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF) apresenta o quadro sobre a temática da liberdade de imprensa e a segurança de comunicadores a nível global. Se verifica perigo não apenas em regiões de guerra, como também em países sem conflitos declarados, onde 59% dos assassinatos registrados em 2019 ocorreram. Apesar de ter sido observada queda no número total de assassinatos em relação à 2018, ano no qual 87 comunicadores foram assassinados, em 2019 o número segue alto, totalizando 49 vítimas. Só na América Latina foram 14 registros e há ainda 10 outros casos da região que não contabilizados e sob verificação. O México, que é hoje o país latino-americano mais perigoso para comunicadores, não apresentou diminuição: foram 10 jornalistas assassinados no país. Entre as vítimas, Norma Sarabia Garduza, repórter especializada em cobrir assuntos policiais como sequestros, agressões e assassinatos, foi morta a tiros em junho deste ano. As ações do crime organizado alinhadas com a omissão estatal na proteção de profissionais da comunicação e na investigação dos casos são apontadas como motivos da manutenção do quadro crítico do México. Em razão disso, a RSF recomenda reforço aos meios de investigação das autoridades mexicanas para que ocorram mudanças no cenário. Os registros de morte de comunicadores aconteceram também no Brasil, Chile, Honduras e Haiti. Outro dado importante do relatório é que em países em guerra como Síria, Yemen e Afeganistão houve uma redução nos assassinatos de jornalistas em 44%, se comparado ao ano de 2018. Foram também contabilizados 57 sequestros e 389 prisões de jornalistas, desde aqueles que foram retidos por algumas horas até alguns dos casos mais duradouros de privação de liberdade no mundo. Quase um terço dos repórteres detidos está na China, que é seguida da Arábia Saudita e do Egito como maiores encarceradores de jornalistas no exercício da profissão.

Fonte: [El Mundo](#), 17/12/2019; [Infobae](#), 17/12/2019; [El Colombiano](#), 18/12/2019; [El Observador](#), 28/12/2019.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.



latsul.org

